

Recife, 17 de setembro de 2013.

Ilmo. Sr. Diretor/Gerente da 3ª Regional da DIRCON

Prefeitura Municipal do Recife.

Prezado Senhor

Com fulcro no art. 5º parágrafo XXXIV da Constituição Brasileira, solicitamos que sejam concedidos, no prazo de 10 dias, os seguintes documentos:

- **Do Complexo Gastronômico denominado “MERCADO GOURMET BARCHEF”** localizado no imóvel com endereço sito à Rua Marquês de Tamandaré com a Avenida 17 de agosto, no Bairro do Poço da Panela:

- 1) cópia de todo o procedimento/processo da “**Licença de Construção/Reforma**” e da “**Licença de Funcionamento**” do Restaurante Barchef, da Delicatessen e do PUB, todos dentro do complexo Mercado Gourmet;
- 2) cópia do **Estudo de Impacto Ambiental ou RIMA**, que subsidiou a licença de funcionamento do Complexo “**MERCADO GOURMET BARCHEF**”;
- 3) cópia do **Alvará de Funcionamento, Alvará de localização e Alvará de Utilização Sonora** dos respectivos empreendimentos localizados dentro do imóvel mencionado.

Caso não haja as licenças mencionadas **válidas**, dos respectivos empreendimentos e das condições em que foram concedidas as licenças, desde já, solicitamos a interdição do funcionamento dos mencionados empreendimentos localizados no Mercado Gourmet/Barchef

- **Do Imóvel em reforma, localizado na Avenida 17 de agosto nº 1927, na outra esquina da Rua Dezesete de agosto com a Rua Marquês de Tamandaré em frente ao Barchef;**

1) Cópia da **licença ou alvará de reforma/construção** e, se houver, **cópia do procedimento/processo e licença de funcionamento do empreendimento**, que tomamos conhecimento estar sendo reformado para abrigar uma cachaçaria/bar.

Caso não haja as licenças mencionadas **válidas**, solicitamos o embargo da obra/reforma do imóvel e, desde já, a não autorização/concessão da licença de funcionamento pelos motivos que se seguem:

Assim como o Barchef, este tipo de empreendimento, tipo bar/cachaçaria, é gerador de incômodo à vizinhança, com potencial de incomodidade do tipo 2, segundo a lei 16.176/96, e deveria atender ao disposto no art. 47, a seguir transcrito:

Art. 47. A Análise de localização constitui-se em 3 (três) tipos: 1, 2 e 3, correspondentes ao potencial de incomodidade 1, 2 e 3, respectivamente, de acordo com os Anexos 9A e 9B desta lei.

§ 1º A análise de localização 1, correspondente à do potencial de incomodidade 1, compreende 2 (duas) etapas, a seguir indicadas, que deverão ser atendidas concomitantemente:

I - análise de atividade potencialmente geradora de incômodo, dentro dos limites dos lotes confinantes, onde só poderá ser instalada se houver mais de 50% (cinquenta por cento) da área dos lotes com ocupação não-residencial;

II - análise de atividade potencialmente geradora de incômodo, dentro dos limites dos lotes defrontantes, onde só poderá ser instalada se houver mais de 30% (trinta por cento) de área dos lotes com ocupação não-residencial.

§ 2º A análise de localização 2, correspondente ao potencial de incomodidade 2, compreende 2 (duas) etapas, a seguir indicadas, que deverão ser atendidas concomitantemente:

I - análise correspondente à análise de localização 1;

II - análise da atividade potencialmente geradora de incômodo, dentro dos limites dos lotes circundantes, onde só poderá ser instalada se houver mais de 50% (cinquenta por cento) da área dos lotes, inclusive dos confinantes e defrontantes, com ocupação não-residencial, observado o seguinte:

a) nos corredores de transportes, numa extensão de 100m (cem metros) de cada lado a partir do eixo do lote sob análise, e 50m (cinquenta metros) em todas as direções para os lotes de esquina;

b) nas demais vias, numa extensão de 200m(duzentos metros) de cada lado a partir do eixo do lote sob análise, e 100m (cem metros) em todas as direções para os lotes de esquina.

Art. 53. Fica proibida a instalação dos usos geradores de incômodo à vizinhança com potenciais de incomodidade 1 e 2 em entornos predominantemente ocupados por usos habitacionais, constatados por meio das análises de localização 1 e 2, na forma do artigo 47 e do Anexo 9B.”

Além disso, o empreendimento não possuirá estacionamento no local, não possui estacionamento próprio sequer para carga e descarga, nem entrada com recuo exigido de 40 m na rua de menor tráfego, não atendendo a nenhum dos dispositivos da Lei 16.719/2001 - Arts. 19, 20, 21 e 22, o que acarretará um impacto, transtorno e congestionamento na rua Marquês de Tamandaré, maior do que o já provocado pelo Barchef, na outra esquina, e pela casa de festa localizada no outro lado da rua 17 de agosto, prejudicando ainda mais toda a vizinhança do entorno.

Destarte, de uma simples análise deste empreendimento que está se instalando no imóvel nº 1927 da Avenida 17 de agosto e seu entorno, inclusive vizinhança, é possível perceber que não atende a nenhuma das condições transcritas, pelo que se pede o embargo imediato das obras e a não concessão da licença de funcionamento.

Na certeza do atendimento do pleito por esta gerência, subscrevemo-nos.